

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): A PERSPECTIVA HISTÓRICA CULTURAL

Sabrina Konkel¹Elizabeth Regina Streisky de Farias²

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa sobre a alfabetização do estudante com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a educação escolar na perspectiva da teoria Histórico cultural. A pesquisa foi norteadada pela seguinte problematização: quais as contribuições da teoria histórico cultural para a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? O estudo do tema é relevante porque nos últimos anos observa-se uma elevação do índice de alunos com TEA nas escolas, porém, apesar dos avanços na legislação educacional e também nas conquistas nos direitos, a maioria das instituições de ensino ainda enfrentam desafios no que diz respeito a escolarização, de modo especial a alfabetização dos alunos com TEA. O objetivo da pesquisa foi analisar a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na perspectiva histórico cultural. Para tanto, apresentamos conceitos para educação especial, educação inclusiva, autismo e, por fim, as contribuições da teoria histórico cultural na alfabetização de alunos com TEA. A pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, foi desenvolvida no período de agosto a novembro de 2024. O referencial teórico utilizado para fundamentar a pesquisa, teve como referências a Constituição Federal de 1988; as legislações educacionais vigentes, dentre elas, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (2015) e os estudos dos seguintes autores: Vygotsky (1983), Vygotsky (1991), entre outros. Os resultados da pesquisa evidenciam que os alunos com TEA conseguem aprender e alfabetizar-se considerando que os docentes na perspectiva histórico cultural devem compreendê-los como sujeitos da sua aprendizagem e que suportes devem ser oferecidos com vistas à busca da autonomia.

Palavras-chave: Alfabetização e letramento, Histórico cultural, Transtorno do espectro autista, Inclusão, Escolarização

INTRODUÇÃO

O interesse por esta pesquisa teve origem em estudos e relatos vivenciados por docentes em conselhos de classes das escolas municipais do campo de Paulo Frontin-PR, os quais na sua maioria apresentam dificuldade em flexibilizar o currículo e a sua metodologia de atuação para dar o suporte necessário aos alunos que são matriculados na Rede Municipal de ensino com laudos médicos de TEA. Os professores apresentam insegurança em dar o andamento no processo de alfabetização destes alunos, bem como nas práticas inclusivas.

¹ Mestranda no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, ped.sabrina.k@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá – Pr, elizabeth.farias@unespar.edu.br

Estas inquietações fundamentaram este estudo que tem como intuito apresentar resultados de uma pesquisa sobre a alfabetização do estudante com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a educação escolar na perspectiva da teoria Histórico cultural.

A pesquisa foi norteada pela seguinte problematização: quais as contribuições da teoria histórico cultural para a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Tem-se como hipóteses que para o processo de alfabetização acontecer, é necessário desenvolver metodologias adequadas para cada aluno, pois sabemos que o processo de alfabetização é único e acontece individualmente, sendo assim é necessário apresentar as concepções e as práticas pedagógicas do professor do ensino comum, no processo de alfabetização dos alunos com TEA nas escolas municipais dos anos iniciais do ensino fundamental de Paulo Frontin –PR, como uma forma de promover trocas de saberes e enriquecer metodologias de alfabetização.

O estudo do tema é relevante porque nos últimos anos observa-se uma elevação do índice de alunos com TEA nas escolas, porém, apesar dos avanços na legislação educacional e também nas conquistas nos direitos, a maioria das instituições de ensino ainda enfrentam desafios no que diz respeito a escolarização, de modo especial a alfabetização dos alunos com TEA.

O objetivo da pesquisa foi analisar a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na perspectiva histórico cultural. Para tanto, apresentamos conceitos para educação especial, educação inclusiva, autismo e, por fim, as contribuições da teoria histórico cultural na alfabetização de alunos com TEA. A pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, foi desenvolvida no período de agosto a novembro de 2023.

O TEA é uma condição que reflete alterações no neuro desenvolvimento de uma pessoa, determinando quadros muito distintos, mas que tem em comum um grande prejuízo na sociabilidade. Esse prejuízo, em grande medida, se reflete no aprendizado e desenvolvimento do estudante no que diz respeito à apropriação do currículo.

Dentro das escolas é fundamental que o docente desenvolva metodologias que promovam a autonomia, a superação dos déficits sociais, para que novas informações, sentimentos e evidenciações sejam desenvolvidos no aluno TEA.

Os resultados da pesquisa evidenciam que os alunos com TEA conseguem aprender e alfabetizar-se considerando que os docentes na perspectiva histórico cultural devem compreendê-los como sujeitos da sua aprendizagem e que suportes devem ser oferecidos com vistas à busca da autonomia.

METODOLOGIA

A proposta deste trabalho está sendo organizada em duas etapas, na primeira etapa realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e processo de alfabetização e letramento destes alunos, inseridos na rede regular dos anos iniciais do ensino fundamental, a fim de fundamentar os estudos e aprimorar o conhecimento.

Esta pesquisa teve como base dados recentes como: livros, revistas científicas, artigos e teses disponíveis no portal Capes e Scielo, utilizando como base de pesquisas palavras-chave: TEA, inclusão, alfabetização de alunos com TEA. Empregando assim, o método sistemático e explícito, buscando analisar as evidências científicas para sistematizar as informações.

Após a fundamentação, iniciamos o processo de coleta de dados com a realização de uma entrevista semiestruturada com os professores alfabetizadores das três escolas do campo da rede municipal de Paulo Frontin, caracterizando-se como uma análise qualitativa, apresentando as fragilidades observadas pelos docentes municipais, possibilitando assim fazer uma analogia entre a fundamentação teórica com a prática escolar.

Por fim, como Recurso Educacional será elaborado uma Proposta de formação continuada, atendendo aproximadamente 30 professores da Rede Municipal de Ensino de Paulo Frontin, caracterizando-se como uma análise qualitativa, apresentando as fragilidades observadas pelos docentes municipais, contextualizando o processo de Inclusão ao longo dos anos, evidenciando a importância da efetivação das Políticas Públicas de inclusão no âmbito escolar.

Esta formação continuada dará importante subsídio para a elaboração de um e-book, com o título: Caminhos para a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) matriculados no ensino comum, que terá como foco o processo de alfabetização destes alunos, apresentando possibilidades metodológicas no processo de ensino e aprendizagem deste público.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Promover a inclusão é abraçar as diferenças, trabalhar em equipe e possibilitar ao aluno uma aprendizagem significativa. O educador tem papel fundamental neste processo de inclusão, pois, deve ter um olhar reflexivo às necessidades do aluno com deficiência e focar em suas potencialidades para que de fato seja incluído no ensino/aprendizagem.

A legislação prevê que todos cidadãos tem direito a uma educação de qualidade, respaldada pela Constituição Federal de 1988, onde descreve que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2012, Art. 205).

A Carta Magna em seu artigo 208 assevera que: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”, abrindo assim importantes discussões sobre a questão da educação especial por pesquisadores de todo o mundo. Observa-se assim que desde 1988 existe uma legislação que garante que a educação especial ocorra na rede regular de ensino, e não em ambientes segregados (Castro, 1988).

Outro documento que influenciou a educação especial a partir da década de 1990 foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, elaborada na Conferência Mundial de Educação realizada em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia. Esse evento foi marcado pela participação dos 155 países (inclusive o Brasil) que firmaram o compromisso de garantir a educação básica de qualidade para todas as pessoas (crianças, jovens e adultos), despontando sobre a intenção de satisfazer as demandas do processo de aprendizagem da população mundial, em particular para aqueles excluídos no e do processo ensino e aprendizagem (TORRES, 2015).

Na mesma década no contexto as políticas públicas educacionais direcionadas à inclusão de alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno global, apresentam a Declaração de Salamanca, ponto de partida para a educação inclusiva, o documento confirma a necessidade que todos terem direito à educação.

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajoso ou marginalizados (Declaração de Salamanca, 1994).

Após a Declaração de Salamanca, a qual norteou a construção de importantes documentos para Educação Especial brasileira, podemos observar que a mesma, sim de fato passou a ser regulamentada no ensino comum pela LDB (1996), uma vez que essa dispõe sobre o respeito para com estes alunos, forma de atendimentos, e seu percurso nas instituições de ensino.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB promulgada em 1996 vem ao embate com a Constituição, pois, na LDB há um capítulo exclusivo que aborda a respeito da educação especial, evidenciando que durante estes quase dez anos entre a Constituição e LDB a educação especial avançou em termos de políticas públicas na educação Especial, tornando-se uma modalidade de educação escolar, ressaltando tal como na Carta Magna que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, a LDB aponta também quem é o público da educação especial (Brasil,1996).

Outro marco importante para a educação inclusiva no ensino comum é a Resolução CNE/CP nº 1/2002 a qual defini Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, na perspectiva da educação inclusiva, deliberando que as instituições de ensino superior precisam prever, em seu currículo, formação docente voltada para as especificidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para que assim possam garantir uma educação inclusiva de qualidade (Secundino,2023).

Não se pode deixar de referenciar a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que preconiza os estudantes com deficiência matriculada no ensino comum, regulamentando o Atendimento Educacional Especializado - AEE, complementar ou suplementar à escolarização, o qual é dado em salas de recursos multifuncionais, centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, também conhecidos como dupla matrícula, onde o aluno frequenta dois tipos de atendimentos educacionais (Brasil, 2010).

No que diz respeito aos alunos com TEA, mais especificamente ao que se refere à garantia do direito a aprendizagem, pode-se identificar que em 27 de dezembro de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.764, conhecida com Lei Berenice Piana que estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista TEA, a qual apresenta a pessoa com TEA como pessoa com “deficiência” para todos os efeitos

legais - Art. 1º, § 2º (BRASIL, 2012). Sendo assim, todos os direitos adquiridos até então para alunos da educação especial também passam a vigorar para alunos com TEA.

Apontamentos importantes são destacados na Lei nº 12.764, onde estabelece que a pessoa com TEA, para efeitos legais, são consideradas pessoas com deficiência, garantindo assim o direito ao atendimento especializado na educação, observa-se as seguintes normas. Estas diretrizes visam estabelecer um melhor atendimento para alunos com TEA nas escolas, observa-se no inciso VII, o qual destaca a qualificação profissional, fator importante no processo de inclusão, porém vale ressaltar a importância da qualificação de toda a comunidade escolar. Observa-se ainda no inciso VIII sobre a pesquisa científica, na qual deve ocorrer em diferentes meios sociais, porém na escola, é imprescindível que isso aconteça com urgência. Nota-se que essas diretrizes não são exclusividade do espaço escolar, e que precisam ocorrer em diferentes meios sociais que pessoas com TEA frequentam.

As pessoas com TEA estão bem mais amparadas desde a promulgação da Lei Berenice Piana, seja na área da educação, saúde e contextos sociais. Na esfera educacional a Lei está em conformidade com o que determina o Manual DSM-V, quanto às necessidades de apoio e conforme os níveis de gravidade do espectro.

Outro fator importante observado foi no artigo 7º da Lei Berenice Piana, no qual determina atribuições sobre o direito a matrícula dos alunos com espectro na rede comum de ensino, estando assim em consonância com a Carta Magna na qual desde 1988, estabelece a educação como um direito para todos.

Entende-se assim que pessoas com TEA estão no ensino comuns amparados por grandes avanços que tivemos na legislação, porém para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, cabe ainda avançarmos muito nas escolas, na sociedade e nos meios científicos.

Outro marco importante na Inclusão, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência é a Lei 13.146/2015, a qual define pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, na qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode interromper sua participação plena e efetiva na sociedade de iguais condições (Brasil, 2015).

Dentro de toda esta trajetória da educação especial, é necessário destacar o Decreto nº 10502/2020, que diz respeito à Política Nacional de Educação Especial, o qual vem com o intuito de estimular a segregação de educandos portadores de deficiência pela

incitação à matrícula em escolas especiais, o qual gerou muita polemica em sua promulgação, vindo ao desencontro da inclusão na rede regular de ensino comum (Secundino, 2023).

Observa-se assim, que em cada conjuntura histórica a educação especial ganhou tratamento adverso, porém, ao analisar o contíguo de normativas das políticas de inclusão escolar, compreende-se que houve o progresso gradativo.

Para que haja a inclusão, é necessário compreender que o processo é de adequação da sociedade às necessidades de seus membros e não o contrário, assegurando que todos exerçam seus direitos de cidadãos convivendo, desenvolvendo-se. A inclusão deve ser integral, ninguém pode ser excluído independente de suas características ou limitações, e é importante sob três aspectos: familiar, social e educacional (Santos, 2019).

Ressalva, assim que a Educação Especial garantiu grandes avanços em relação a seus princípios, como afirma Mantoan (2015) à antiga ideologia de educação especial segregacionista, gradativamente alterou-se para educação especial inclusiva.

De acordo com Almeida (2020) para que a inclusão de alunos com TEA se efetive, precisa que a escola passe por transformações como um todo, em seu currículo, estrutura, espaço físico e, sobretudo na formação dos profissionais envolvidos com estes alunos, para que seja apto com qualidade desenvolver um trabalho seguro e comprometido. Em relação ao método de ensino “deve romper com padrões estabelecidos, atender a peculiaridades dos discentes, trazendo a interdisciplinaridade com atividades que tenham potencial revelador na vida dos alunos” (Almeida, 2020, p.17).

Sendo assim é fundamental para que a inclusão ocorra, o emprego de metodologias pedagógicas que verdadeiramente estejam organizados para trabalhar de diferentes formas e com diferentes tipos de estudantes, pois incluir não é apenas “colocar” o estudante dentro do ambiente escolar, mas sim fazer com que o mesmo participe dentro do espaço social com os outros, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização das diversidades humanas. Neste sentido é imprescindível dentro da educação inclusiva informações, conhecimentos, recursos e muita motivação (Jesus, 2017).

Vygotsky nos proporciona analisar as limitações de crianças com algum tipo de limitação ou deficiência não com complacência ou desânimo, mas, sim, com uma visão desafiadora, que nos remete à constatação de que, se existem problemas, também existem possibilidades ou alternativas, onde os mesmos podem destacar-se como fonte de crescimento (Leite, 2021).

Neste sentido Vygotsky apresenta a deficiência como um defeito físico que desafia o organismo a estabelecer estratégias para superar as suas limitações, ou desenvolver atividades compensatórias. O defeito mencionado por Vygotsky age no organismo como um estímulo, para suprir esta lacuna e desenvolver outras potencialidades.

O modelo vygotskyano é apostar nas possibilidades de desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais (Leite, 2021). Neste sentido destaca-se que devemos ter em mente que a inteligência não é estática, concluída, mas sim dinâmica em constante evolução e renovação.

Uma das finalidades da educação é agenciar o desenvolvimento da inteligência, estimular as potencialidades dos alunos, auxiliar na elaboração de estratégias compensatórias na tentativa de amenizar dificuldades. Nesta mesma perspectiva Vygotsky (2015) reforça esta concepção ao demandar que a inteligência não é inata, mas se edifica nas trocas de experiências com o meio ambiente em que o indivíduo este inserido, sendo assim a educação esta inserida nesta conjuntura, trazendo a escola como a protagonista neste processo, sobre as relações entre aprendizagem e desenvolvimento, compendiada no seu conceito de zona de desenvolvimento proximal.

É fundamental que a criança conheça as suas limitações e receba amparo psicológico e emocional para interiorizar este sentimento e assim aprenda a supera-lo. “O desenvolvimento do raciocínio dos defectólogos é assim: para o surgimento da compensação é necessário que a criança interiorize e sinta sua deficiência” (Vygotsky, 1998, p. 105).

No contexto da educação inclusiva a frustração deve receber uma atenção especial, é necessário que o educador promova mecanismos de que possibilitem ao aluno superar as suas limitações. Dessa forma Vigotski (2015) ressalta que quando a inferioridade é transformada em estímulo compensatório, promove um processo de compensação frente aquela dificuldade apresentada pelo aluno.

Sabe-se que o convívio social promove inúmeros aprendizados, principalmente dentro do contexto inclusivo, por isso a importância de incluir dentro dos ambientes escolares comuns, essa promoção de interação e vivências atua na Zona de Desenvolvimento Proximal na qual “[...] constituídas em situações específicas, na vida social, valendo-se de processos de internalização, mediante uso de instrumentos de mediação” (Cavalcanti, 2005, p. 4), promovem aprendizagens significativas ao aluno incluído.

Seguindo as perspectivas de Vygotsky, Creche (2018) ressalta que o educador diante da educação inclusiva deve ter um olhar prospectivo, ou seja, focar no que a criança está aprendendo e evoluindo e não no que ela já aprendeu. Durante as práticas pedagógicas buscar prever a finalidade de determinado aprendizado para o aluno, buscando assim sempre concentrar no que o aluno está aprendendo observando e sempre refletindo sobre a trajetória que está seguindo a construção deste conhecimento.

Coelho (2018) descreve que as práticas pedagógicas e o processo de ensino aprendizagem se dão através das relações estabelecidas dentro do ambiente escolar, entre professor e aluno, aluno e professor e aluno e aluno. Neste mesmo sentido Vygotsky (2008) descreve que na educação não existe “nada de passivo, de inato. Até as coisas mortas quando se incorporam ao círculo da educação, quando se lhes atribui papel educativo, adquirem caráter ativo e se tornam participantes ativos” (Vygotsky, 2008, p. 46).

Em uma sala de aula com diversos alunos, é um grande desafio proporcionar uma educação com um aprendizado significativo, sem distinção e de igual direitos a todos, sendo o professor o grande protagonista deste desafio em atender as precisões da educação especial. Nesta mesma perspectiva Bortolozzo (2015) afirma que alunos que apresentam algum tipo de deficiência e até mesmo dificuldades de aprendizagem, necessitam de caminhos alternativos para aprender.

Monteiro (2017) ressalta sobre a importância em conhecer os métodos e teorias em torno da alfabetização vigentes no Brasil. Pois sabemos que não existe apenas um método de ensino em uma sala de aula comum, e que talvez um método não seja apropriado para todos os alunos. No entanto, é preciso ressaltar que a melhor forma de ensinar é aquela que promove aprendizagem ao aluno, eleva suas potencialidades, no que tange a alfabetização de alunos com TEA é necessário compreender que o aluno se ajusta ao código de escrita de maneira singular.

De acordo com Capellini (2017) para alfabetizar um aluno com TEA é necessário promover práticas pedagógicas específicas, durante o processo de alfabetização e letramento, visto que o mesmo vai se ajustando durante os anos do ciclo de alfabetização.

Neste sentido Silva (2020), descreve que alunos com TEA evidenciam dificuldades de aprendizagens no sentido em entender conhecimentos abstratos, na compreensão de regras, interação com os colegas e professor, durante o processo de alfabetização estas ações são primordiais, sendo assim o professor alfabetizador necessita estabelecer metodologias que subsidiem melhoras nestas dificuldades.

Contribui-se para finalizar com as colocações de Serra (2018), o qual menciona que quando o aluno com TEA apropria-se do sistema alfabético, o mesmo promove um salto qualitativo em seu desenvolvimento social, pois a mesma passa a ser uma forma de comunicação alternativa, principalmente para os alunos não verbais, comprovando assim que é uma das fases mais importantes no processo de escolarização de alunos com TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente o município de Paulo Frontin possui ativas três escolas de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano localizadas no interior, caracterizadas assim como do campo, que atendem aproximadamente 300 alunos e contam com um quadro de 30 professores, dentre estes temos 10 professores alfabetizadores que atendem quatro alunos com TEA matriculados nas respectivas escolas.

Neste sentido, as três escolas estão fazendo parte deste estudo. Atualmente estamos em processo de coleta de dados, ou seja, aplicação dos questionários. Os mesmos são agendados em hora-atividade dos respectivos professores alfabetizadores, adotou-se esta metodologia a fim de obter um maior contato com os mesmos, as entrevistas vem acontecendo de forma gradativa, em formato de conversa.

Estes questionamentos estão sendo embasados em evidencias bibliografias concisas, pois a fase da alfabetização da criança com TEA é uma das épocas mais importante em seu meio acadêmico, com grandes obstáculos, sabemos que não existe uma fórmula padrão para este processo “metaforicamente podemos dizer que a criança com TEA poderia ser comparada às ‘digitais’ de um ser humano, pois não haverá outra criança que apresente os sintomas e característica exatamente iguais” (MATIA E PROBST, 2018, p. 159), cada uma é única e aprende de uma forma diferente.

Para Cunha (2019) é inegável que um aluno com TEA, com características que em muitos casos exige uma maior intervenção, precisa de um ambiente escolar propício para o seu processo de ensino-aprendizagem significativo em sua vida “O trabalho na escola estabelece a ação. Ação move os corações. Não se constroem os movimentos de aprendizagem somente com a qualidade das nossas ideias, mas com o valor das nossas ações”. (CUNHA, 2019, p.52)

Neste sentido (CUNHA, 2019, p.51) descreve que o professor necessita “analisar de forma crítica a capacidade sensorial, espacial, simbolização, subjetividade, cognição, hiperatividade, estereotipias, socialização, psicomotricidade e afeto desse discente” para

assim elaborar estratégias significativas que promovam aprendizagem dentro do espectro.

A alfabetização de alunos com TEA é um processo árduo e exige paciência do docente, pois o aluno pode demonstrar dificuldades em compreender regras, e necessitar de recursos visuais e organização espacial, é necessário atendimento individual, uma prática flexível e recursos didáticos alternativos, visando um aprendizado significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a garantia de acesso já existe, mas atualmente o que mais nos desafia é a qualidade de ensino em uma proposta de educação inclusiva, na qual assegure a permanência dos alunos inseridos nas classes regulares/comum bem como a conclusão do processo de alfabetização.

Neste trabalho, dedicamo-nos a estudar sobre o processo de alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo/TEA matriculados no ensino fundamental regular.

A pesquisa teórica realizada nesta primeira etapa evidenciou que a prática pedagógica é de suma importância, e os professores necessitam estar cada vez mais preparados para trabalhar com as demandas inclusivas, a mesma vem caminhando juntamente em conformidade com a pesquisa de campo.

O processo de alfabetização é complexo, para alunos com autismo tornando-se ainda mais desafiador para o docente, o qual deve investir em metodologias lúdicas, interativos e que estimulem a curiosidade e a atenção do aluno com TEA.

Durantes as coletas de dados iniciais nas escolas do campo, estamos podendo evidenciar a importância de uma relação clara e objetiva entre o docente e o aluno, voltando-se às necessidades de cada estudante, assegurando o acesso de todos ao currículo/conhecimento.

O professor precisa estar seguro frente a arte de escolarização. No processo de aprendizagem, o professor precisa direcionar o trabalho de forma clara para facilitar o entendimento dos alunos, utilizando de inúmeras estratégias para chegar ao objetivo final que é a promoção do aprendizado. Por isso, é preciso refletir sobre a formação dos educadores, não apenas os preparando para a diversidade, mas também para a inclusão, porque a inclusão não traz respostas prontas, não existe a fórmula perfeita o trabalho é gradativo e exige esforço e dedicação.

REFERÊNCIAS

Almeida, Dayana Araujo. **Autismo e Educação:**O processo inclusivo de aluno autista nos anos iniciais do ensino fundamental. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Pitágoras, Ipatinga, 2020. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/autismo-e-educacao-o-processo-inclusivo-do-aluno-autista-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental.htm#indice_2 Acesso em 17. Fev.2024.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. 2013. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_bases_3ed.pdf. Acesso em: 27 abril. 2020.

Brasil. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. Brasília: edições Câmara, 2012.

Brasil, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasil, **Lei nº 12.764.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista TEA.2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/588140#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica> Acesso em: 28. Fev.2024

Brasil. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Unesco, 1994.

Bortolozzo, Ana Rita Serenato. **Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais.** Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/> . Acesso em: 28 maio. 2023.

Cavalcanti, L. S. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos:** uma contribuição de Vygotsky ao ensino da geografia. Cadernos Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

Capellini, Vera L. M. F. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns:** avaliação do rendimento acadêmico. 2017. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

Cunha, Eugênio. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Gerente, 2019.

Leite, Madson Márcio de Farias. **A contribuição de Vygotsky na educação especial:**

desenvolvimento e aprendizagem. UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE ASSUNÇÃO.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/krkr.v1i11.35929> Acesso em: 28. Fev.2024

Matias, Hélen Bandeira Rosso. PROBST, Melissa. **A criança com Transtorno do Espectro Autista, a escola e o professor:** algumas reflexões. Revista profissão docente. Uberaba- v.18, n.38, p.158-170, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1190>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Mantoan, Maria T. E. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Mota, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes únicas.** São Paulo: Editora Gente, 2019.

Moreira, Valéria Cristina Soares. **A Inclusão Escolar na Educação e a Possibilidade de Alfabetização de Crianças Autistas.** São Paulo, 2018.

Monteiro, Maria Iolanda. **Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização** / Maria Iolanda Monteiro. -- São Carlos : EdUFSCar, 2010. 117 p. -- (Coleção UAB-UFSCar).

Serra, Deyse. **Alfabetização de Alunos com TEA.** Rio de Janeiro: E-nupes editora, 2018.

Secundino, Francisco K. Magalhães; Santos, João, Libardone. **Educação Especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico.** 2023. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16299/13329>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

Silva, E. M. A.; ARAÚJO, C. M. D.; **Reflexão em Paulo Freire:** Uma contribuição para a formação continuada de professores. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, set./2018.

Torres, R. M. **Melhorar a qualidade da educação básica?** As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.) O Banco Mundial e as políticas educacionais. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Vygotsky L. S. Fundamentos de defectologia. In: **Obras completas. Tomo cinco.** Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1998.

Vygotsky, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Vygotsky LS. Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación;1989.

Vygotsky, Lev Semionovitch **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 2015.